SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MESP - POLÍCIA FEDERAL

DPF/ROO/MT

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2019**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO CONTÍNUO

**(Processo Administrativo n.º 08532.000791/2018-17)**

**1.OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte de veículos embarcados em (cegonha) Combinações para Transporte de Veículos – CTV para deslocar **36 (trinta e seis)** veículos apreendidos na Delegacia de Polícia Federal de Rondonópolis/MT para a Cidade de Cuiabá/MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

**1.2.** A pesquisa de preços foi realizada conforme a Instrução Normativa Nº 05/2014 – SLTI/MPOG (Art. 2º, inciso IV).

**1.3.** A demanda estimada a ser contratada é a seguinte:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| RONDONÓPOLIS/MT-CUIABÁ/MT – Distância aproximada de 217 KM | | | |
| ITEM | QUANTIDADE | PREÇO REFERÊNCIA UNITÁRIO | PREÇO REFERÊNCIA TOTAL |
| 01 | 36 | R$ 608,66 | R$ 21.911,83 |

**1.3.** Para a previsão das quantidades estimadas foram tomadas como referência as medições realizadas pelo contratante, com a prerrogativa de aferição pela contratada.

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** Os veículos formalmente apreendidos no interesse de Inquéritos Policiais encontram-se armazenados no pátio dos fundos da Delegacia de Polícia Federal, o que nos deixa com a segurança orgânica em risco.

**2.2.** As condições do depósito são precárias visto que os veículos ficam expostos a condições ambientais diversas.

**2.3.** Os veículos estão acumulando água das chuvas, tornando-se focos de mosquitos, como o da dengue, Zica e Chikungunya, por exemplo, com o agravante da localização da Delegacia em Rondonópolis ficar ao lado do Hospital Santa Casa de Rondonópolis, bem como a Delegacia em Cáceres que fica a uma quadra do Hospital Regional em Cáceres,.

**2.4.** Após levantamento realizado pelo DEPÓSITO-CART/PF/ROO/MT constatou-se que 21 (vinte e um) são veículos provenientes de Inquéritos Policiais referentes a tráfico de drogas, que devem ser encaminhados para o CONEN/MT - Conselho Estadual de Entorpecentes, conforme Acordo de Cooperação 001/2014/SEJUDH/SR/DPF/MT - e 15 (quinze) referentes a contrabando e descaminho devendo ser encaminhados para a Receita Federal.

**2.5.** Esses veículos atualmente ocupam considerável espaço físico no pátio da Delegacia, reduzindo a circulação e estacionamento dos demais veículos da frota, além de sofrerem considerável perda de seu valor econômico pela deterioração causada por fatores climáticos.

**2.6.** Tendo em vista a situação precária de conservação e de manutenção, esses veículos deverão ser transportados por meio de serviço de transporte de veículos embarcados (cegonha), pois não apresentam condições de segurança para trafegarem até Cuiabá/MT, a fim de que sejam entregues a órgãos que serão fiéis depositários dos bens apreendidos.

**3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**3.1.** Os serviços de transporte de veículos embarcados em (cegonha) Combinações para Transporte de Veículos – CTV são caracterizados como serviços comuns de que trata a Lei nº 10.520/02, o Decreto nº 5.450/05 e o Decreto nº. 3.555/00, haja vista que os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas de suas prestações são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo, portanto, serem licitados por meio do Pregão.

**3.2.** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

**3.3.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

**4.1.** Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

**4.1.1.** Contratação dos serviços compreende os trabalhos necessários de guincho para embarque e desembarque dos veículos oficiais na cegonha, considerando problemas mecânicos ou avarias que impossibilitem o funcionamento dos veículos, bem como o transporte propriamente dito desses veículos no percurso de Rondonópolis/MT-Cuiabá/MT.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

**5.1.** A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

**5.1.1.** O detalhamento dos 36 (trinta e seis) automóveis a serem transportados está no Anexo I deste Termo de Referência.

**5.1.2.** Registro na ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres.

**5.1.3.** Seguro dos veículos a serem transportados.

**5.1.4.** Todos os insumos e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços, bem como impostos, transporte, mão-de-obra e taxas deverão estar incluídos no valor da proposta.

6.METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**6.1.** Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

**6.1.1.** Após a emissão da Ordem de Serviços a empresa tem até **20 (vinte) dias** para fazer a retirada **dos 36 veículos** da Delegacia de Polícia Federal em Rondonópolios/MT, sendo que cada caminhão carregado deve desembarcar no destino **em até 48 horas**.

**6.1.2.** Os veículos serão retirados mediante um **Termo de Vistoria** e deverão ser entregues sem novas avarias.

**6.1.3.** Os veículos deverão ser embarcados em (cegonha) Combinações para Transporte de Veículos – CTV.

**6.1.4.** Para carga, transporte e descarga a contratada deverá dispor de pessoal suficiente e qualificado para a execução dos serviços em tempo e qualidade adequados.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**7.1.** No caso de exercício de atividade de TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS ato de registro na ANTT, conforme Resolução 4.799, de 27 de julho de 2015 da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

**8.1.** O contrato será fiscalizado por servidores nomeados que acompanharão a execução dos serviços contratados.

**8.2.** Além dos fiscais representante da Administração, haverá os Gestores de Contrato, que tem por responsabilidade gerir o contrato em seu aspecto formal e legal, conforme **Instrução Normativa** **51/2011-DPF.**

**8.3.** O Chefe do Setor de Administração e Logística Policial, bem como os dirigentes legais da Unidade Administrativa responsável pela licitação serão, juntamente com os servidores citados no subitem 8.1. e 8.2. os atores que participarão da gestão do contrato.

**8.4.** As tratativas deverão ser sempre por escrita, dando preferência para o Ofício, entretanto também deverão ser aceito as comunicações por meio eletrônico, como o e-mail.

**8.5.** Os procedimentos para o envio da nota fiscal, correção e pagamento estão estabelecidos no **item 18 do Edital.**

**8.6.** Surgindo fatores que estejam fora do controle do prestador e que possam interferir na prestação quantitativa ou qualitativa dos serviços deverão ser comunicados à Contratante com a maior brevidade possível, para que esta tome as medidas necessárias para a inteira satisfação na execução do contrato.

**8.7.** A não prestação de acordo com os níveis de produtividade definidos serão objetos de sanções administrativas conforme item 19 deste TR.

**8.8.** O não atendimento das metas, por ínfima ou pequena diferença, em indicadores não relevantes ou críticos, a critério do órgão ou entidade, poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

**9.1.** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

**9.2.** Guinchos, pranchas, plataformas além de motoristas habilitados e treinados para a coleta dos veículos com a maior segurança e qualidade.

10. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**10.1.** A execução dos serviços será iniciada **em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviços.**

**10.2. O prazo de execução dos serviços será de 30 (trinta) dias e a vigência do contrato de 60 (sessenta) dias.**

11. DA VISTORIA

**11.1.** A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constantes dos documentos técnicos que integram o Termo de Referência, **podendo a licitante, caso entenda necessário**, optar pela realização de vistoria nas condições abaixo:

**11.2.** A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00.horas às 17:00 horas, na Delegacia de **Rondonópolis** à Rua Sete de Setembro, 558 – Vila Birigui, telefone (66) 3439-6200, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (066) 3439-6210/6213, com JOAN SILVA DO CARMO ou MANOEL TEIXEIRA SALGADO NETO, podendo sua realização ser comprovada por:

**a)**Atestado de vistoria (conforme modelo do **ANEXO II-A** deste Termo de Referência) assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, OU;

**b)     Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, ou caso opte por não a realizar, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com a SR/PF/MT (conforme modelo do ANEXO II-B deste Termo de Referência).**

**11.3.** O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura dos envelopes;

**11.4.** Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

**11.5.** Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, mediante e-mail, antes da data fixada para a sessão pública.

**11.6.** A não realização de vistoria não poderá ser alegada como fundamento para o inadimplemento total ou parcial de obrigações previstas em quaisquer documentos integrantes do instrumento convocatório.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**12.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**12.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**12.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

**12.4.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

**12.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

13.OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**13.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

**13.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**13.3.** Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

**13.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

**13.5.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**13.6.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

**13.7.** Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

**13.8.** Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

**13.9.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

**13.10.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

**13.11.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

**13.12.** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

**13.13.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**13.14.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**13.15.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**13.16.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.DA SUBCONTRATAÇÃO

**14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.**

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

**15.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

**16.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

**16.2.** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

**16.3.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

**16.4.** A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

**16.5.** A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no **Anexo V,** ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

**16.6.** não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**16.7.** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**16.8.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**16.9.** Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

**16.10.** O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**16.11.** Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**16.12.** A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

**16.13.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

**16.14.** O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

**16.14.** O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**16.16.** A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

**16.17.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

**16.18.** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

**16.19.** A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

**16.20.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO (recebimento provisório e definitivo)

**17.1.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

**17.2.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (CINCO)** dias, contados da finalização dos serviços, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**17.3.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**17.4.** O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

**17.5.** O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e,, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

**17.6.** O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

**17.7.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**18.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

**18.1.1.** inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**18.1.2.** ensejar o retardamento da execução do objeto;

**18.1. 3.**falhar ou fraudar na execução do contrato;

**18.1. 4.**comportar-se de modo inidôneo; e

**18.1. 5.**cometer fraude fiscal.

**18.2.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

**18.2.1. Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

**18.2.2. Multa de**:

**18.2.2.1.** 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

**18.2.2.2.** 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

**18.2.2.3.** 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

**18.2.2.4.** 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2** abaixo; e

**18.2.2.5.** 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

**18.2.2.6.** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

**18.2.3.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**18.2.4.** Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

**18.2.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**18.3.** As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

**18.4.** Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

|  |  |
| --- | --- |
| **GRAU** | **CORRESPONDÊNCIA** |
| 1 | 0,2% ao dia sobre o valor do contrato |
| 2 | 0,4% ao dia sobre o valor do contrato |
| 3 | 0,8% ao dia sobre o valor do contrato |
| 4 | 1,6% ao dia sobre o valor do contrato |
| 5 | 3,2% ao dia sobre o valor do contrato |

**Tabela 2**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **INFRAÇÃO** | | |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **GRAU** |
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência; | 05 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; | 04 |
| 3 | Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia; | 03 |
| 4 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; | 02 |
| **Para os itens a seguir, deixar de:** | | |
| 5 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência; | 02 |
| 6 | Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia; | 01 |
| 7 | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; | 03 |
| 8 | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato; | 01 |
| 9 | Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA | 01 |

**18.5.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

**18.5.1.** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**18.5.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**18.5.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**18.6.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**18.7.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**18.8.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**RESPONSÁVEL PELO PROJETO BÁSICO:**

DPF/ROO/MT

**JOAN/MANOEL**

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

**De Acordo**

**Eliane Terezinha Marques**

Matricula 11.924

Chefe do SELOG/SR/MT

***APROVO o TERMO DE REFERÊNCIA*** para licitação visando a contratação dos Serviços de transporte de veículos da Delegacia de Polícia Federal em Rondonópolis/MT para Cuiabá/MT, bem como ***AUTORIZO*** a abertura de procedimento licitatório conforme legislação pertinente.

**ÁDERSON VIEIRA LEITE**

Delegado de Polícia Federal

Superintendente Regional

**ANEXO I**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Entregar em CONEN Cuiabá** | | |
| **ORD** | **VEÍCULOS** | **VALOR UNITÁRIO** |
| **1** | **Hilux** |  |
| **2** | Ford/**Fiesta** |  |
| **3** | Renault Sandero |  |
| **4** | Hyundai HB20 1.0 |  |
| **5** | VW POLO CLAS. 1.8 MI |  |
| **6** | Fiat Palio Fire |  |
| **7** | FIAT/UNO ELETRONIC |  |
| **8** | Renault modelo Sandero |  |
| **9** | Automóvel Volkswagem Santana |  |
| **10** | VW/Gol special |  |
| **11** | gol de cor prata placa |  |
| **12** | Chevrolet / Classic |  |
| **13** | FIAT UNO MILLE |  |
| **14** | CHEVROLET/CLASSIC LS |  |
| **15** | VW/SAVEIRO |  |
| **16** | VW GOL S |  |
| **17** | VW SAVEIRO |  |
| **18** | VW Gol MI |  |
| **19** | GM Corsa Sedan, 1.6 |  |
| **20** | VW / GOL GII |  |
| **21** | GM CORSA BRANCO |  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Entregar em Receita Federal Cuiabá** | | |
| **ORD** | **VEÍCULOS** | **VALOR UNITÁRIO** |
| **1** | VW **Jetta** |  |
| **2** | **Voyage** |  |
| **3** | Volkswagen **Golf** |  |
| **4** | VW **KOMBI** |  |
| **5** | **HYUNDAI SANTA FE** |  |
| **6** | Renault **Sandero** 1.0 |  |
| **7** | VW **Voyage** |  |
| **8** | Renault **Sandero** 1.0 |  |
| **9** | **Ford/KA** |  |
| **10** | **FORD/KA** |  |
| **11** | **VW/GOL** |  |
| **12** | **FIAT/UNO MILLE** WAY |  |
| **13** | VW / **GOL** |  |
| **14** | VW – **GOLF** |  |
| **15** | Renault **Sandero** |  |

**ANEXO II-A**

**TERMO DE VISTORIA TÉCNICA**

Certifico sob as penas da lei que a empresa\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ/MF sob o número \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com sede na\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, do(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, infra-assinado, portador da carteira de identidade número\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, expedida pela\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do cadastro de Pessoa Física, CPF/MF, sob o número\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ visitou as dependências da **Delegacia de Polícia Federal em Rondonópolis/MT**, tomando conhecimento dos locais onde serão prestados os serviços objeto do Pregão Eletrônico nº. 05/2018, estando plenamente consciente da infraestrutura que tem a disposição e das condições para a prestação dos serviços.

Município/MT, \_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante da Polícia Federal

(Matrícula)

**ANEXO II-B**

**DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA**

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ/MF sob o número \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com sede na\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, do(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, infra-assinado, portador da carteira de identidade número\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, expedida pela\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do cadastro de Pessoa Física, CPF/MF, sob o número\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declara ter conhecimento do serviço a ser prestado através do Edital e seus Anexos, **dispensando a necessidade da vistoria “in loco”** prevista no Edital do Pregão Eletrônico nº. 05/2018. Declara, ainda, que se responsabiliza pela dispensa e por situações supervenientes.

Declaro que me foi dado acesso às dependências da **Delegacia de Polícia Federal em Rondonópolis/MT** através de cláusula expressa no Edital e Anexos, ao qual dispensei por ter conhecimento suficiente para a prestação dos serviços com as informações constantes do Termo de Referência e Edital.

Município/UF, \_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante da Empresa